

XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA II

ANDREA ABRAHAO COSTA

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

C755

Constituição e democracia II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Andrea Abrahao Costa; Paulo Roberto Barbosa Ramos. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-687-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil
<http://unisinos.br/novocampuspoa/>

XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA II

Apresentação

Constituição e Democracia II, coletânea de artigos apresentados durante o XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Porto Alegre, de 14 a 16 de novembro de 2018, apresenta uma qualificada síntese sobre as principais discussões travadas atualmente no Brasil que orbitam em torno dos significantes constituição e democracia. Todos os artigos apresentados possuem conexão direta ou indireta não somente com o tema central da coletânea, mas também entre si, uma vez que estão comprometidos com mecanismos voltados a garantir a perenidade do texto constitucional de 1988 e a criar tanto condições para um processo maior de participação dos cidadãos no processo decisório, quanto reais condições materiais para que aquele ultrapasse a linha do formal. Pois bem. Os artigos tratam da tecnologia para garantir o controle do desempenho da atividade parlamentar, como também a respeito do princípio federativo, essencial para a descentralização do exercício do poder, notadamente em países com grandes extensões territoriais e diversidade culturais, como é o caso do Brasil; globalização e democracia, fenômeno que tem impactado sobremaneira na dinâmica de vida de todos os povos do planeta; ativismo judicial, questão que assumiu grande relevância na sociedade brasileira diante da atuação questionável do Supremo Tribunal Federal, que se impôs, nos últimos anos, como árbitro de crises políticas nacionais, ocasionadas por certas incoerências decorrentes do próprio texto constitucional e de atitudes não aceitáveis de agentes do executivo e legislativo; direitos humanos, temática de grande relevância para a garantia da dignidade da pessoa humana, mas que precisa ser melhor trabalhada e compreendida na sociedade brasileira, de modo a garantir de forma efetiva a integridade moral e física do ser humano e, finalmente, a experiência de nações mais desenvolvidas, a exemplo dos EUA, que lançaram mão da Suprema Corte para desempenhar, dentro de um Estado Federal, mecanismo de controle em relação aos poderes tirânicos eventuais do executivo, legislativo ou mesmo de maiorias ocasionais. Portanto, todos os artigos estão sintonizados com as preocupações do nosso momento histórico, razão pela qual devem ser lidos com atenção, de modo a tornar os debates sobre as questões abordadas ainda mais qualificados.

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos – UFMA

Profa. Dra. Andrea Abrahao Costa – FESPPR

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

CAPITALISMO E DESIGUALDADE ECONÔMICA NA PERSPECTIVA EMPÍRICA DE SIMON KUZNETS

CAPITALISM AND ECONOMIC INEQUALITY IN THE EMPIRICAL PERSPECTIVE OF SIMON KUZNETS

**Marcus Vinícius Parente Rebouças
Analice Franco Gomes Parente**

Resumo

Como, na Constituição Federal de 1988, a redução das desigualdades sociais figura como objetivo fundamental do Estado brasileiro, este artigo científico analisa aspectos relativos à evolução da desigualdade econômica em sociedades capitalistas à luz da investigação empírica de Simon Kuznets. Explora, para tanto, o modelo teórico denominado de “curva em U invertido” e questiona se há evidência material consistente que corrobore a tese de que o crescimento moderno evidencia uma propensão tendencial à contração das desigualdades econômicas no longo prazo. A pesquisa foi desenvolvida com base em fonte eminentemente bibliográfica, com informações extraídas de títulos da literatura nacional e estrangeira.

Palavras-chave: Constituição, Desigualdade econômica, Crescimento, Kuznets, Curva em u invertido

Abstract/Resumen/Résumé

As, in the Federal Constitution of 1988, the reduction of social inequalities is a fundamental objective of the Brazilian State, this scientific article analyzes aspects related to the evolution of economic inequality in capitalist societies in the light of the empirical research by Simon Kuznets. It explores the theoretical model known as the “inverted U-curve” and questions whether there is consistent material evidence to support the thesis that modern growth shows a tendency toward the contraction of economic inequalities in the long run. The research was developed based on eminently bibliographical source, with information extracted from national and foreign literature

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Constitution, Economic inequality, Growth, Kuznets, Inverted u-curve

Introdução

Nas últimas décadas do séc. XIX, acirrados conflitos de interesses envolvidos na chamada “questão social”, polarizados, sobretudo, em torno do antagonismo de classes (burguesia vs. proletariado), colocaram em perspectiva demandas constitucionais de transformação das assimétricas sociedades capitalistas (ou mesmo semifeudais). No início do séc. XX, duas propostas filosóficas de intervenção e de mudança radical ou moderada na dinâmica social do capitalismo ganharam especial destaque no imaginário político: a revolucionária e a reformista. Sob inspiração dessas matrizes espirituais fundadas nos valores da igualdade material e do bem-estar social, estruturas alternativas de organização política suplantaram ou atenuaram, em maior ou menor medida, o modelo abstencionista clássico de Estado de Direito, o que rendeu ensejo, respectivamente, à institucionalização de Estados socialistas e Estados sociais em todos os quadrantes do Planeta; o que impactara decisivamente a história político-jurídica da igualdade não só no séc. XX, como também no séc. XXI.

Em 1989, a queda do Muro de Berlim assinalou, simbolicamente, o colapso generalizado do dito socialismo real; como o “espectro do comunismo” não vem rondando o mundo com o mesmo magnetismo popular pela saída revolucionária que se deu em idos dos séculos anteriores, esse fenômeno catalisou um processo de desestruturação institucional de Estados sociais que vem tomando curso desde os anos 1970, embalado por pacotes neoliberais de medidas de ajuste macroeconômico que vêm se difundindo sem fronteiras pelo mundo globalizado.

Nessa esteira histórica, o séc. XXI se inicia matizado pelos impactantes fenômenos da expansão hegemônica do capitalismo financeiro e informacional, marcado pela hegemonia dos intermediários financeiros sobre os processos produtivos e por saltos tecnológicos sem precedentes, da globalização e da chamada “crise do Estado social”, que experimenta severas restrições fiscais; fatores que têm repercussões profundas na forma de tratamento institucional das desigualdades sociais no campo das políticas públicas.

Em meio aos profundos desafios ao equilíbrio das condições de vida humana em sociedade, sensível questão vivenciada no contexto do capitalismo no séc. XXI, marcado por arcos extremos de iniquidade, impende, de fato, que se leve à sério a “questão da desigualdade”, ou melhor, as “questões das desigualdades”; alocando-as, em caráter prioritário, no cerne das diligências teóricas e práticas, tanto no âmbito das filosofias e ciências sociais, como no dos sistemas políticos, jurídicos e econômicos.

É, aliás, nesse sentido que, ao fixar, mediante normas programáticas, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de modo a delinear a dimensão finalística ou teleológica do Estado brasileiro, a Constituição Federal de 1988 predica expressamente que lhe cabe “reduzir as desigualdades sociais” (art. 3º, III); a compressão dessas iniquidades também figura no art. 170, VII, como um dos princípios da ordem econômica, do que se pode inferir o seu caráter essencial na construção de uma “sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º, I).

A complexa e multidimensional problemática das desigualdades sociais é profundamente impactada pelas diversificadas forma de apropriação e concentração privada dos ativos econômicos, financeiros e não financeiros. As desigualdades de renda e de riqueza são inerentemente divisoras e, dependendo da extensão, podem ter impactos corrosivos reais não só sobre as condições concretas de bem-estar e de desenvolvimento humano, como também sobre os laços de solidariedade, de coesão coletiva e de ordem civil, os níveis de pobreza, desemprego, marginalização e exclusão social, a soberania dos Estados, o funcionamento das instituições político-representativas, a eficiência dos sistemas econômicos e as possibilidades de crescimento mais inclusivo e sustentável. Em níveis extremos, o crescimento desigual, com má distribuição dos recursos econômicos, pode, de fato, cobrar “*a high price*”, em razão, sobretudo, da possibilidade de induzir efeitos sociais, econômicos e políticos bastante problemáticos; daí por que a inquietante questão acerca da extensão das desigualdades econômicas, que se encontram, em termos gerais, em níveis muito elevados, evidencia absoluta centralidade no debate público, qualificando-se entre os “*defining challenges of our time*”; a sua redução está no foco das preocupações políticas mais sensíveis de muitas sociedades e Estados, bem como da comunidade internacional, com manifestações explícitas nesse sentido no âmbito institucional de várias organizações, a exemplo da OCDE, CEPAL/ONU, do FMI, do Banco Mundial, do FEM e da Oxfam.

Dentro desse contexto, a recém-publicada obra “O Capital no Século XXI”, de autoria do francês Thomaz Piketty, reacendeu o debate acadêmico em diversos domínios científicos em torno de questões ligadas à desigualdade econômica. Com efeito, à luz de novos elementos explicativos, Piketty enriqueceu o conhecimento empírico da literatura especializada acerca da extensão e da evolução do fenômeno dinâmico da desigualdade de renda e de riqueza através dos tempos e em diversos espaços nacionais, assim como o saber a respeito das diversas forças, públicas e privadas, ativas e passivas, econômicas, políticas, sociais etc, que o induzem e redimensionam e das implicações disruptivas e entrópicas decorrentes de altos níveis de concentração econômica.

Com base numa estrutura investigativa minuciosa e precisa, a pesquisa científica de Piketty sublima um denso esforço cognitivo de compreensão racional das tendências sistêmicas ou regularidades dominantes do capitalismo que se traduzem numa dinâmica distributiva assimétrica e em marcantes cenários de desigualdade econômica. Para tanto, valeu-se de sólida base empírica calcada em análises estatísticas e comparativas, em longas séries históricas, de abundante acervo de registros fiscais e econômicos coletados por fontes oficiais de vinte países (França, Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Canadá, Argentina, Portugal, Espanha, Alemanha, Suíça, Índia, China etc) ao longo dos últimos três séculos (XVIII, XIX e XX) e catalogados na plataforma denominada *World Top Incomes Database* (WTID).

A metódica adotada por Piketty se inspirou, por sua vez, na sistemática pioneira adotada por Simon Kuznets em sua obra “*Shares of Upper Income Groups in Income and Savings*” (“Participação dos Grupos de Renda Alta na Renda Nacional e na Poupança”), de 1953, em que estudara estatisticamente a compressão da desigualdade da renda nos Estados Unidos no interstício de 1913 a 1948.

Imerso nesse universo temático, este artigo se destina justamente a analisar as conclusões primeiras produzidas por Kuznets a respeito da evolução da desigualdade econômica, com o propósito de contribuir para o amadurecimento das pesquisas acadêmicas e do debate democrático em torno das tormentosas questões acerca da matéria.

No cumprimento desse mister, foram tecidas, num primeiro momento, algumas considerações de ordem conceitual acerca da categoria da desigualdade econômica. Na sequência, foram desenvolvidos tópicos sobre o pioneirismo do estudo empírico de Kuznets e o otimismo externado quanto à evolução das disparidades econômicas; a hipótese da curva em U invertido; e do paralelismo entre os modelos de Kuznets e de Kaldor. Foram, por fim, apresentadas algumas críticas à hipótese de Kuznets relativa à trajetória da iniquidade econômica.

Recorreu-se, para tanto, à pesquisa eminentemente bibliográfica, com informações extraídas de estudos que integram a literatura nacional e estrangeira acerca da temática.

1 Desigualdade econômica: renda e riqueza

As desigualdades sociais constituem, no plano teórico, uma categoria fenomênica complexa e compreendida no plural; podem se desdobrar, de fato, distintas dimensões sociais da desigualdade nas mais variadas esferas da coexistência societária (ATKINSON, 2015, p. 24), de modo que, para fins analíticos, podem ser diferenciadas desigualdades sociais sob a

perspectiva das relações de gênero, raciais, econômicas, políticas, jurídicas, culturais, ambientais etc. As sociedades contemporâneas são realmente “multidesiguais”.

Entre as diversificadas dimensões da desigualdade evidenciadas em sociedades capitalistas, as desigualdades econômicas podem ser concebidas, num sentido amplo, como desigualdades que possuem um fundamento ou desdobramento econômico, uma origem ou efeito econômico, vale dizer, que impactam ou resultam dos processos econômicos, mesmo que não detenham uma dimensão diretamente monetária ou patrimonial (SALVERDA; NOLAN; SMEEDING, 2009, p. 8), a exemplo de desigualdades educacionais, demográficas ou de gênero provocadas ou que repercutem sensivelmente sobre a atividade econômica.

Numa perspectiva mais estrita, a dimensão econômica da desigualdade diz respeito, por sua vez, ao “contraste entre as condições econômicas de diferentes pessoas ou grupos” (CHAMPERNOWNE; COWELL, 1998, p. 2), vale dizer, ao “hiato distributivo” (MCCORMICK, 1974, p. 667), à disparidade na repartição dos resultados da atividade econômica e dos recursos materiais disponíveis; o que pode ser examinado em diferentes escalas espaciais, não apenas em nível nacional (ARRETCHE, 2015), como também global (MILANOVIC, 2012; MILANOVIC, 2016). Sob esse prisma, as desigualdades econômicas gravitam, fundamentalmente, em torno da desigual distribuição de “renda” (*income*) e de “riqueza” (*wealth*), o que tem relação direta com o fenômeno da concentração do “capital” no estreito topo da estratificada pirâmide societária. Na distribuição das vantagens econômicas associadas à renda e à riqueza, reside efetivamente a “desigualdade fundamental do capitalismo” (PIKETTY, 2014, p. 33), o “núcleo da desigualdade econômica” (SALVERDA; NOLAN; SMEEDING, 2009, p. 8), que define “*how the pie is sliced*” (RYCROFT, 2018), o que pode ter preocupantes efeitos sociais em matéria de “oportunidades e restrições” (SALVERDA; NOLAN; SMEEDING, 2009, p. 8).

2 O pioneirismo otimista na investigação empírica de Kuznets

Em estudo pioneiro desenvolvido na obra “Shares of Upper Income Groups in Income and Savings” (“Participação dos Grupos de Renda Alta na Renda Nacional e na Poupança”), de 1953, Simon Kuznets (1901-1985) pesquisou a evolução da desigualdade da renda nos Estados Unidos no interstício de 1913 a 1948 com base em dados extraídos de registros tributários relativos às declarações do imposto federal sobre a renda, além de estimativas da renda nacional (KUZNETS, 1953).

Essa análise seminal introduziu um método inovador, mais preciso e sofisticado de mensuração da desigualdade e de investigação empírica da dinâmica da distribuição dos rendimentos através da identificação de tendências ou regularidades de longo prazo lastreadas em séries históricas e tabulações estatísticas formuladas a partir de fontes oficiais custodiadas em órgãos fiscais do Estado.

Com a nova ferramenta analítica, expandiu-se o horizonte das pesquisas sobre a desigualdade econômica para além das tradicionais conjecturas teóricas abstratas (COUTINHO, 2013, p. 29), elaboradas sem maiores elementos empíricos que permitissem a quantificação das disparidades desde as fundações originais da literatura econômica moderna. A nova sistemática de estudo influenciou diversos pesquisadores no domínio da Economia da Desigualdade, a exemplo de Anthony Atkinson e Thomas Piketty (ATKINSON, 2015, p. 72; PIKETTY, 2014, p. 18-24; BOUSHEY et al., 2017, p. 544).

Em 1955, no artigo intitulado “*Economic Growth and Income Inequality*” (Crescimento Econômico e Desigualdade de Renda), Kuznets inaugurara, sob essa perspectiva empírica, estudos na literatura estrangeira sobre a relação entre o crescimento econômico moderno e a desigualdade pessoal de renda, o que se dera durante o extraordinário boom do pós-2ª Guerra e no contexto da Guerra Fria (PIKETTY, 2014, p. 18-22). Para Kuznets, perdida, há muito tempo, a abundância fácil do Éden, o crescimento econômico em si, catalisado pelas inovações tecnológicas modernas, seria a chave para a satisfação das aspirações materiais da humanidade (KUZNETS, 1986, p. XIII, XV e 329-330).

Seu pensamento otimista quanto à aptidão benigna inerente ao crescimento capitalista de reduzir naturalmente a desigualdade de renda poderia, consoante metáfora a que alude Piketty (2014, p. 18), ser resumido na assertiva “*growth is a rising tide that lifts all boats*” (“o crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos”); adotado pelo entendimento convencional (*mainstream*) de economistas liberais que defendem a tese de que, quando operam à sua própria sorte, as forças do mercado geram, no tempo necessário, os melhores e mais justos resultados distributivos possíveis (BOUSHEY et al, 2017, p. 358).

3 A curva em U invertido

No referido texto de 1955, apesar do posicionamento entusiástico em relação ao crescimento econômico moderno e da hipótese geral da consequente contração da desigualdade, vale dizer, do movimento da distribuição relativa da renda no sentido de mais igualdade (*the relative distribution of income [...] has been moving toward equality*), Kuznets não afirmara

que, no capitalismo, há uma relação crescimento-igualdade rigorosamente linear (KUZNETS, 1955). Em verdade, a não linearidade na evolução dessas variáveis foi representada por Kuznets na denominada “curva de Kuznets”, diagrama que retrata graficamente a evolução tendencial da desigualdade de renda em relação ao crescimento econômico por meio de uma “curva em forma de sino” (parábola com concavidade para baixo), “curva em U invertido” (*inverted U-curve*).

Essa representação geométrica explicativa denota que, quando há pouco a ser distribuído entre as pessoas, a desigualdade de renda é pequena; num primeiro estágio do crescimento econômico e da mudança estrutural que desencadeia no mundo produtivo, a concentração se agravaria e induziria incrementos sucessivos na desigualdade (*increasing income inequality*), num efeito cumulativo (*cumulative effect*) que distenderia o gap entre ricos e pobres até um pico máximo (*peak*), ponto de inflexão ou de retorno (*turning point*) a partir do qual entraria em franco declínio (*income inequality decline*), no sentido da acomodação alocativa progressivamente mais balanceada dos recursos entre os diversos seguimentos sociais (KUZNETS, 1955). Na “hipótese de Kuznets”, numa fase avançada de reorganização macroeconômica das componentes sistêmicas do capitalismo, maiores frações da população passariam a desfrutar dos benefícios globais do crescimento econômico, num processo declinante da desigualdade de renda. Em suma, ressalvados períodos de distúrbios transitórios, o processo moderno de crescimento econômico induziria, no longo prazo, um fenômeno sincrônico subjacente em que a iniquidade cresceria acentuadamente no início para, atingido determinado patamar máximo, decrescer; numa causalidade parabólica, alternar-se-ia uma fase inaugural (*upside*), com disparidades crescentemente insufladas e benefícios proporcionalmente maiores em favor das hierarquias sociais mais altas (os mais ricos se beneficiam primeiro do crescimento), e uma etapa superveniente (*downside*), de viés mais inclusivo e igualitário (“primeiro crescer o bolo, depois distribuir”), em que se materializaria positivamente sobre a desigualdade o efeito-contágio ou efeito-transbordamento do crescimento (*spillover effect*). Haveria, nesse esquadro, conforme Mirrlees, um grande dilema (*big trade off*), inicial e provisório, entre os objetivos (*goals*) da eficiência (crescimento) e da equidade (redistribuição), em que, num primeiro momento, não havia maiores propensões distributivas e a concentração de renda sacrificaria forçosamente a igualdade em prol de empreendimento capitalista; mas bastaria ter paciência e esperar para que, atingido o ritmo de cruzero, o crescimento começasse, em ocasião ulterior, a beneficiar a todos e a promover a bonança distributiva (cf. PIKETTY, 2014, p. 18).

Segundo o padrão geral delineado por Kuznets, em países subdesenvolvidos, o crescimento econômico acentuaria inicialmente o hiato distributivo da renda entre ricos e pobres, enquanto países desenvolvidos, que já teriam conquistado patamares de civilização econômica mais avançados, experimentariam situação oposta, na qual a expansão do PIB se repartiria de maneira mais equânime. A principal razão desse efeito inicial inexorável do crescimento enunciado por Kuznets decorreria, por sua vez, do fato de que países pobres, em níveis baixos de desenvolvimento, vivenciam, nas primeiras etapas do processo de expansão econômica, uma gradativa mutação da matriz produtiva tradicional, de base agrícola e rural, mais atrasada e de menor rentabilidade média, para a industrial e urbana, tecnologicamente mais moderna, dinâmica e de maior escala e renda agregada (*from the agricultural to the nonagricultural sectors*). Em momentos e ritmos diferentes, o êxodo populacional do setor primário e do campo para o secundário e a cidade se traduziria, num primeiro momento, num halo crescente de desigualdade entre os rendimentos ofertados; superadas as turbulências iniciais do processo de transição intersetorial, de industrialização e urbanização, a variável distribuição de renda arrefeceria gradativamente, na medida em que se generalizasse a acomodação dos diversos segmentos sociais no novo quadro econômico e o acesso e difusão dos benefícios do crescimento (KUZNETS, 1955, p. 7-8 e 16-17).

Conforme esse modelo, a dinâmica interna do processo de crescimento operaria por si mesma no sentido de reverter a desigualdade que a primeira fase da industrialização e urbanização criou e de evoluir no sentido de um regime distributivo mais equitativo. Nada obstante, Kuznets compreendia que a transformação na escalada da desigualdade deveria ser vista como parte de um processo de ampla reestruturação induzido pelo crescimento econômico, do qual resultariam, inclusive, mudanças sociais e políticas, para além do estrito movimento expansivo da economia. Nesses termos, a reversão da curva ascendente da desigualdade seria efeito de uma variedade de forças convergentes que emergiriam nesse novo contexto produtivo, derivadas não só de fatores propriamente econômicos, como também de injunções sociais e políticas em interação, que pressionarem no sentido da elevação da participação dos grupos menos afluentes na distribuição da renda em expansão (KUZNETS, 1955, p. 8-11 e 17; KERSTENETZKY, 2012, p. 20; COUTINHO, 2013, p. 29-30; FRIEDMAN, 2009, p. 414-417).

4 Paralelismos entre Kuznets e Kaldor

A tese de Kuznets mantém certo paralelo com o modelo matemático nekeynesiano de Nicholas Kaldor (1908-1986), do crescimento com progressiva distribuição mediante uma causação circular e cumulativa induzida pela “elasticidade da desigualdade” (cf. SPRATT, 2009, p. 34-35). Em construção teórica divulgada em 1956, Kaldor enfatizara os efeitos benignos que a desigualdade inicial de renda exerceria sobre o crescimento de longo prazo (g_w) ao incrementar a taxa agregada de poupança (S) e, conseqüentemente, a capacidade de formação bruta de capital e de investimento empresarial (I), de modo a financiar os altíssimos custos envolvidos no processo de industrialização, bem como no progresso tecnológico e no aumento sistemático da produtividade, da eficiência econômica (KALDOR, 1955-6, p. 95-100). Nesses termos, a distribuição funcional de renda seria uma variável endógena do sistema econômico profundamente impactante e, portanto, destituída de neutralidade no que tange à relação causal entre acumulação de capital, poupança, investimento, progresso tecnológico e crescimento estrutural da economia (ANTONELLI, 2017, p. 39).

Conforme a “hipótese de Kaldor”, o nível de poupança dependeria indeclinavelmente da participação relativa dos lucros (P) e salários (W) na distribuição da renda nacional (Y). O modelo opera, por sua vez, com uma “condição de estabilidade” (*stability condition*) baseada na suposição ad hoc de que a “propensão marginal a poupar” dos capitalistas (s_p) é mais expressiva do que a dos trabalhadores (s_w), que consumiriam a maior parte de seus rendimentos do labor (“propensão a consumir” mais elevada), tal como assinalado na assertiva alusiva à teorização de Kalecki de que “os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham” (*capitalists earn what they spend, na workers spend what they earn*). Como “ $s_p > s_w$ ”, a taxa de poupança (S) tenderia a ser maior quanto menor fosse o “coeficiente de sensibilidade da distribuição de renda” (*coefficient of sensitivity of income distribution*), isto é, quanto maiores forem as margens de lucro dos empresários (*rates of profit*) relativamente às faixas salariais dos trabalhadores (*rates of wages*), ou seja, quanto mais intenso for o grau de concentração de renda em favor dos capitalistas (KALDOR, 1955-6, p. 95-100).

Num primeiro momento do processo de desenvolvimento, patamares elevados de desigualdade teriam o potencial de catalisar níveis positivos de crescimento (G) e de produzir benefícios econômicos gerais no longo prazo; sociedades em que a renda é concentrada em poucas mãos evidenciariam maior saldo de poupança do que sociedades mais igualitárias, o que lhes proveria melhores condições financeiras de investimento e de ativação do mecanismo gerador da expansão econômica. Altos salários restringiriam a eficácia marginal do capital e operariam, nessa esteira, como desincentivo que desencorajaria o espírito animal dos homens de negócios a investirem e inovarem, de maneira que políticas econômicas redistributivas, por

meio, v.g., do controle de salários e preços, seriam, em rigor, intrinsecamente perniciosas e ineficientes (KALDOR, 1955-6, p. 95-100).

Como, numa fase imatura do crescimento capitalista (*immature stage of capitalism*), os salários, mantidos em nível basal, de subsistência (*subsistence minimum*), deveriam ser proporcionalmente menores em face da fração dos lucros e o aumento do produto não deveria ser repassado às massas salariais, a demanda agregada de consumo deveria, segundo a tese de Kaldor, ser assegurada por meio da inserção da economia nacional no mercado internacional e da balança de pagamentos, através de um sistema multilateral de comércio externo (*outward strategies*). Na concorrência internacional, países mais industrializados cresceriam de modo mais rápido e dinâmico do que nações menos avançadas economicamente (DUGGER, 1996, p. 188).

Para Kaldor, conquanto o capitalismo não assegure inexoravelmente o pleno emprego e esteja sujeito a instabilidades periódicas, processos estáveis de expansão econômica pautados pelo aumento da escala produtiva industrial promovido exogenamente pelo progresso tecnológico permitiriam que a taxa de lucro e a distribuição de renda se estabilizassem e se materializassem aumentos reais dos salários, acima do nível de subsistência (*subsistence level*), em proporção equivalente ao crescimento da renda per capita, com ampliação da demanda agregada doméstica, pleno emprego e redução da desigualdade econômica (KALDOR, 1955-6, p. 95-100). No longo prazo, num estágio de capitalismo desenvolvido (*stage of developed capitalism*), os frutos da prosperidade econômica seriam, portanto, repartidos de modo mais equânime entre todos os agentes produtivos, capitalistas e trabalhadores, independentemente de políticas públicas redistributivas. Em síntese, na narrativa paradoxal de Kaldor, o caminho mais sustentável de se reduzir a desigualdade no longo prazo seria aumentar a desigualdade no curto prazo; a desigualdade atual seria a fonte (*source*), impulso (*spur*) ou suporte (*support*) do crescimento, bem como da construção de fundamentos econômicos estáveis de uma sociedade mais próspera e igualitária no amanhã (KOCHENDÖRFER-LUCIUS, 2006, p. 11; SPRATT, 2009, p. 35).

Segundo a perspectiva dogmática de Kuznets e Kaldor, que enlaça a variável quantitativa do crescimento à categoria qualitativa do desenvolvimento, mesmo em níveis elevados, as desigualdades econômicas seriam benéficas ao crescimento, que seria, por sua vez, condição determinante da redução superveniente das desigualdades econômicas (LEE, 2011, p. 1; COUTINHO, 2013, p. 29-30).

5 Críticas ao modelo de Kuznets

Inexiste maior consenso científico acerca da validade teórica dos postulados de Kuznets (e de Kaldor) no que toca ao fluxo causal “desigualdade-crescimento-equidade”, tanto para o caso brasileiro, quanto em análises longitudinais do tipo cross-country, realizadas mediante séries temporais. Os desacordos econométricos têm sido, aliás, impactados pelo fato de que os estudos empíricos envolvem matrizes de dados, cortes investigativos, metodologias, mensurações e interpretações distintas, o que tem resultado em achados bastante controversos e de difícil comparabilidade. No conjunto, não há, pois, corpo de evidência disponível que, na vasta literatura da desigualdade, dê categórico e pacífico apoio à assertiva de que sociedades mais desiguais crescem mais intensa e rapidamente e de modo distributivamente mais sustentável.

Com efeito, há, de fato, alguns estudos empíricos que conferem suporte à tese de que a desigualdade é positiva para a performance do crescimento, de forma que seria growth-enhancing (LI; ZOU, 1998; FORBES, 2000; GALOR, 2010). Nada obstante, outras análises sugerem que, no curto e médio prazo, a ascensão da desigualdade pode ser favorável ao crescimento, mas pode evidenciar efeitos adversos no longo prazo (IRADIAN, 2005) ou pode induzir efeitos diferentes, positivos ou negativos, conforme as circunstâncias (CHEN, 2003; BANERJEE; DUFLO, 2003; VOITCHOVSKY, 2005); há também pesquisas que apontam que a elevação da desigualdade reduz o crescimento em países mais pobres, mas o acelera em países mais ricos (BARRO, 2000; LIN et al., 2009; CASTELLÓ, 2010); de igual modo, existem exames que resultaram na conclusão de que a desigualdade no topo da distribuição do rendimento influencia positivamente o crescimento, enquanto o efeito da desigualdade na base seria negativo (ARELLANO; BOVER, 1995; BLUNDELL; BOND, 1998).

Há, outrossim, análises que refutam frontalmente pressupostos das teses de Kuznets (e de Kaldor), por identificarem que, conforme o nível, a desigualdade distributiva não evidencia qualquer efeito sistemático sobre a poupança agregada (SCHMIDT-HEBBEL; SERVEN, 2000) ou pequeno efeito (DYNAN et al, 2004) e pode ser, em verdade, demasiadamente prejudicial à eficiência econômica do sistema capitalista (PERSSON; TABELLINI, 1994; ALESINA; RODRIK, 1994; PEROTTI, 1996; DEININGER; SQUIRE, 1996; BÉNABOU, 1996; KRUSELL et al., 1997; BARRETO; NETO; TEBALDI, 2001; PANIZZA, 2000; CASTRO; PÔRTO JUNIOR, 2007; MALINEN, 2013).

Por sua vez, alguns estudos reconhecerem a autonomia fenomênica e a neutralidade do crescimento relativamente à desigualdade, ou seja, a ausência de qualquer efeito distributivo endógeno, em razão da inexistência, no mecanismo do mercado, de canais subjacentes de transmissão causal automática entre esses fatores (OLIVEIRA; NERI, 2009; AMORIM;

SILVA, 2010; TEYSSIER, 2013). Nesses termos, o crescimento em si mesmo não implicaria necessariamente redução da desigualdade (ATKINSON, 2014, p. 622); o crescimento seria, em verdade, distributivamente neutro, de modo que não promoveria, por si só, qualquer deslocamento vertical de renda dos ricos para os pobres; aumentaria, de fato, o produto agregado e, conforme a evolução demográfica, poderia até elevar a média do PIB per capita, mas não evidenciaria nenhum maquinismo distributivo intrínseco que presumidamente sirva, no curto ou longo prazo, como elo causal do qual resulte tendencial compressão da desigualdade ou melhoria de vida dos extratos sociais inferiores (COUTINHO, 2013, p. 31). Como variáveis independentes, seria, assim, perfeitamente possível haver crescimento com concentração cumulativa de capital e consequente efeito regressivo expansivo sobre as desigualdades distributivas em níveis potencialmente elevados sem perspectiva alguma de redução das disparidades econômicas. Não haveria, sob esse viés, crescimento inerentemente inclusivo ou imperativa implicação distributiva entre índices positivos de crescimento e mais igualdade.

Dedicado, desde 1966, às pesquisas acadêmicas no domínio da Economia da Desigualdade com base em fontes e métodos similares ao de Kuznets, Atkinson assinala, inclusive, que, em vários países da OCDE, a curva de Kuznets não persistiu no processo de redução da iniquidade experimentado durante os Trinta Gloriosos (1945-1975), visto que, em verdade, se duplicou nos anos 1970 (*doubled back on it self*), nos quais ocorreu uma “virada da desigualdade” (*inequality turn*), que vem crescendo sistematicamente desde então, a despeito do crescimento econômico (ATKINSON, 1999, p. 1; ATKINSON, 2015, p. 25). Ao longo do século XX, a extensão da desigualdade dentro dos países da OCDE observados por Atkinson teria seguido, em verdade, uma curva geral em U, e não em U invertido, o que espelha um movimento de constrição sucedido de uma saliente expansão (ATKINSON, 2015, p. 70).

Ao rejeitar o modelo da curva em U invertido, Atkinson defende a tese de que os problemas contemporâneos relacionados à concentração econômica excessiva não seriam passíveis de serem resolvidos apenas por meio de forças do mercado e o Estado do bem-estar social não deveria abdicar de suas responsabilidades nesse tocante; a contração da desigualdade econômica demandaria, em verdade, a mobilização de vários aspectos da sociedade, não só de forças da esfera privada, como também do empreendimento construtivo de políticas de igualdade pelo Poder Público. Para que se promova um processo consistente, sustentável, não volátil, de redução das iniquidades distributivas, seria, de todo modo, essencial restabelecer a efetividade e o poder redistributivo do *Welfare State*, embora sob novos arranjos institucionais adaptados às diferenciadas circunstâncias do séc. XXI. Nessa esteira, com certa similaridade com o Plano Beveridge, Atkinson propõe o rechaço de modelos neoliberais (tais como do

thatcherismo e do reaganismo) e o fortalecimento, na institucionalidade do Estado social, de políticas salariais e de proteção do mercado de trabalho em face dos avanços tecnológicos, bem como de políticas tributárias progressivas, com taxação mais intensa de grandes rendimentos do capital (*capital income*), massas patrimoniais (*property*) e transferências de riquezas (*wealth transfers*), que permitissem financiar a expansão de medidas de pleno emprego, de estímulo à poupança popular e de provisão de benefícios sociais universais (aposentadorias, seguro-desemprego, renda de participação etc), inclusive, no combate à pobreza infantil (ATKINSON, 2014, p. 619-620, 628 e 633; ATKINSON, 2015, p. 13, 23, 25-26, 27, 45 e 74).

Piketty se distancia igualmente da suposição distributiva encampada por Kuznets (PIKETTY, 2014, p. 22-23); que envolve a chamada “economia do gotejamento” (*trickle down economics*), conforme a qual, em ponderável medida, ganhos auferidos e acumulados pelos mais afluentes da hierarquia social, com altas rendas e patrimônios monumentais, decantam espontaneamente em favor dos extratos inferiores da sociedade e levam, cedo ou tarde, à integração econômica e melhora substancial das condições materiais de todos, inclusive, dos mais pobres (KERSTENETZKY, 2012, p. 38-39; COUTINHO, 2013, p. 29-30).

Para além da inexistência de consenso quanto à causalidade positiva entre crescimento econômico e redução da desigualdade, há ponderável controvérsia na literatura teórica e empírica a respeito da dinâmica distributiva enunciada especificamente na hipótese central da curva funcional de Kuznets, tal como evidenciam os diversos modelos e achados contrapostos descritos em Santos e et.al. (2011, p. 11-15). Piketty assinala, inclusive, que a inferência especulativa de Kuznets carecia de maior lastro econométrico que permitisse uma indução generalizante do seu postulado mundo afora, visto que não possuía base estatística idônea que apoiasse uma grande lei histórica, uma lei explicativa geral ou uma lei de ferro (*iron law*) de um suposto movimento natural e espontâneo no sentido de que, em rigor, a desigualdade de renda se comportaria em função do crescimento econômico moderno segundo uma trajetória predeterminada em forma de U invertido (PIKETTY, 2015, p. 28 e 31). O próprio Kuznets (1955, p. 26) afirma que o artigo de 1955 era composto de 5% de informação empírica e de 95% de especulação, em boa parte resultante de “pensamento desejoso” (*wishful thinking*). Por sinal, os dados levados em conta por Kuznets se referiam a poucas economias (Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha), focaram somente nos setores agrícola e industrial (tradicional vs. moderno), envolveram apenas dados sobre as rendas do trabalho, e não do capital, e incluiu séries temporais não tão extensas, referentes, sobretudo, à primeira metade do séc. XX, que foi, aliás, um período muito singular, extremo e atípico da história material da humanidade, daí porque se mostrariam precipitadas eventuais universalizações otimistas (PIKETTY, 2014, p.

18-24; PIKETTY, 2015, p. 28 e 31). Conforme Grewal, nos estudos de Piketty com base em horizontes temporais de longo prazo e relativos a diversas economias nacionais, a curva de Kuznets espelhou, em verdade, uma “aberração temporária”, uma anomalia excepcional no comportamento da desigualdade sob determinadas condições, e não uma tendência geral (BOUSHEY et al., 2017, p. 475 e 485).

Ante o prognóstico de que o retorno médio do capital (“ r ”) continuará muito provavelmente excedendo a taxa de crescimento econômico (“ g ”) nos próximos anos, sendo provável que a desigualdade “ $r > g$ ” permaneça como norma no século XXI, como sempre foi na história do capitalismo, Piketty propõe a maior taxação progressiva do rendimento do capital como solução para minorar o retorno privado para níveis abaixo da taxa de crescimento. A progressividade melhor espelharia um compromisso orgânico do *Welfare State* com os valores da justiça social e da liberdade individual, pois democratiza a economia e contribui para comprimir desigualdades, num ambiente institucional de respeito aos institutos da livre concorrência e da propriedade privada (PIKETTY, 2014, p. 492).

Ainda que se reconheça a autonomia fenomênica entre o crescimento moderno e a desigualdade econômica, é possível se conceber a possibilidade de o crescimento (ou a sua falta) poder, com alguma elasticidade, sensibilizar, em associação com outros fatores, a exemplo de elementos políticos de escolha social, a evolução da desigualdade. Tal como já assinalado, no sentido reverso da causalidade, há estudos que sugerem que também é possível que níveis excessivos de desigualdade possam impactar negativamente a eficiência produtiva do sistema econômico ao ponto de se colocar, inclusive, como fator determinante do comprometimento do crescimento no longo prazo.

Considerações finais

Em meio aos profundos desafios ao equilíbrio das condições de vida humana em sociedade, sensível questão vivenciada no contexto do capitalismo global no séc. XXI, marcado por arcos extremos de iniquidade, as “questões das desigualdades” evidenciam caráter prioritário no cerne das diligências teóricas e práticas, tanto no âmbito das filosofias e ciências sociais, como no dos sistemas políticos, jurídicos e econômicos.

Por sua vez, ao fixar, mediante normas programáticas, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de modo a delinear a dimensão finalística ou teleológica do Estado brasileiro, a Constituição Federal de 1988 predica expressamente que lhe cabe “reduzir as desigualdades sociais” (art. 3º, III).

A complexa e multidimensional problemática das desigualdades sociais é profundamente impactada pelas diversificadas forma de apropriação e concentração privada dos ativos econômicos, financeiros e não financeiros. As desigualdades econômicas são inerentemente divisoras e, dependendo da extensão, podem ter impactos corrosivos reais não só sobre as condições concretas de bem-estar e de desenvolvimento humano, como também sobre os laços de solidariedade, de coesão coletiva e de ordem civil, os níveis de pobreza, desemprego, marginalização e exclusão social, a soberania dos Estados, o funcionamento das instituições político-representativas, a eficiência dos sistemas econômicos e as possibilidades de crescimento mais inclusivo e sustentável.

Numa perspectiva mais estrita, a dimensão econômica da desigualdade diz respeito, por sua vez, ao contraste entre as condições econômicas de diferentes pessoas ou grupos, vale dizer, ao hiato distributivo. Sob esse prisma, as desigualdades econômicas gravitam, fundamentalmente, em torno da desigual distribuição de renda e de riqueza.

Em estudos pioneiros, Simon Kuznets pesquisou a evolução da desigualdade econômica com base em dados extraídos de registros tributários relativos às declarações do imposto federal sobre a renda, além de estimativas da renda nacional. Essa análise seminal introduziu um método inovador, mais preciso e sofisticado de mensuração da desigualdade e de investigação empírica da dinâmica da distribuição dos rendimentos através da identificação de tendências ou regularidades de longo prazo lastreadas em séries históricas e tabulações estatísticas formuladas a partir de fontes oficiais custodiadas em órgãos fiscais do Estado.

Seu pensamento otimista quanto à aptidão benigna inerente ao crescimento capitalista de reduzir naturalmente a desigualdade de renda poderia, consoante metáfora a que alude Piketty, ser resumido na assertiva “growth is a rising tide that lifts all boats” (“o crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos”); adotado pelo entendimento convencional (mainstream) de economistas liberais que defendem a tese de que, quando operam à sua própria sorte, as forças do mercado geram, no tempo necessário, os melhores e mais justos resultados distributivos possíveis.

Apesar do posicionamento entusiástico em relação ao crescimento econômico moderno e da hipótese geral da consequente contração da desigualdade, Kuznets não afirmara que, no capitalismo, há uma relação crescimento-igualdade rigorosamente linear. Em verdade, a não linearidade na evolução dessas variáveis foi representada por Kuznets na denominada “curva de Kuznets”, diagrama que retrata graficamente a evolução tendencial da desigualdade de renda em relação ao crescimento econômico por meio de uma “curva em forma de sino”, “curva em U invertido”. Essa representação geométrica explicativa denota que, quando há

pouco a ser distribuído entre as pessoas, a desigualdade de renda é pequena; num primeiro estágio do crescimento econômico e da mudança estrutural que desencadeia no mundo produtivo, a concentração se agravaria e induziria incrementos sucessivos na desigualdade, num efeito cumulativo que ampliaria a distância entre ricos e pobres até um pico máximo, ponto de inflexão ou de retorno a partir do qual entraria em franco declínio, no sentido da acomodação alocativa progressivamente mais balanceada dos recursos entre os diversos seguimentos sociais.

A tese de Kuznets mantém certo paralelo com o modelo matemático neokeynesiano de Nicholas Kaldor, conforme o qual o caminho mais sustentável de se reduzir a desigualdade no longo prazo seria aumentar a desigualdade no curto prazo; a desigualdade atual seria a fonte do crescimento, bem como da construção de fundamentos econômicos estáveis de uma sociedade mais próspera e igualitária no amanhã.

Inexiste, contudo, maior consenso científico acerca da validade teórica dos postulados de Kuznets (e de Kaldor) no que toca ao fluxo causal “desigualdade-crescimento-equidade”, tanto para o caso brasileiro, quanto em análises longitudinais do tipo cross-country, realizadas mediante séries temporais. No conjunto, não há, pois, corpo de evidência disponível que, na vasta literatura da desigualdade, dê categórico e pacífico apoio à assertiva de que sociedades mais desiguais crescem mais intensa e rapidamente e de modo distributivamente mais sustentável.

Ainda que se reconheça a autonomia fenomênica entre o crescimento moderno e a desigualdade econômica, é possível se conceber a possibilidade de o crescimento (ou a sua falta) poder, com alguma elasticidade, sensibilizar, em associação com outros fatores, a exemplo de elementos políticos de escolha social, a evolução da desigualdade. No sentido reverso da causalidade, há estudos que sugerem que também é possível que níveis excessivos de desigualdade possam impactar negativamente a eficiência produtiva do sistema econômico ao ponto de se colocar, inclusive, como fator determinante do comprometimento do crescimento no longo prazo.

Referências

ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. Distributive politics and economic growth. In: **The Quarterly Journal of Economics**, v. 109, n. 2, p. 465-490, 1994.

ANTONELLI, Gilberto; REHBEIN, Boike. **Inequality in economics and sociology: new perspectives**. London, New York: Routledge, 2017.

ARELLANO, M. O. Bover. Another look at the instrumental variable estimation of errors-components models. In: **Journal of Econometrics**, v. 68, p. 29-51, 1995.

ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp/CEM, 2015.

ATKINSON, Anthony B. After Piketty? In: *The British Journal of Sociology*, Oxford, v. 65, p. 619-638, 2014.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**: o que pode ser feito? Trad. Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.

ATKINSON, Anthony B. **Is rising income inequality inevitable? A critique of the transatlantic consensus**. Helsinki: UNU/WIDER, 1999.

BANERJEE, A.; DUFLO, E. Inequality and growth: what can the data say? In: **Journal of Economic Growth**, v. 8, p. 267-299, 2003.

BARRETO, Flávio Ataliba F. D.; JORGE NETO, Paulo de Melo; TEBALDI, E. Desigualdade de renda e crescimento econômico no Nordeste Brasileiro. In: **Estudos Econômicos**. Fortaleza: CAEN/UFC, v. 37, 2001.

BARRO, Robert J. Inequality and growth in a panel of countries. In: *Journal of Economic Growth*, n. 5(1), p. 5-32, 2000.

BÉNABOU, R. Inequality and growth. In: Bernanke, B. S.; J. J. Rotemberg (eds.). **NBER Macroeconomics Annual**. Cambridge: MIT, p. 11-76, 1996.

BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. In: **Journal of Econometrics**, v. 87, p. 115–143, 1998.

BOUSHEY, Heather; DELONG, J. Bradford; STEINBAUM, Marshall (org.). **After Piketty: the agenda for economics and inequality**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 2017.

- CASTELLÓ, A. Inequality and growth in advanced economies: an empirical investigation. In: **Journal of Economic Inequality**, v. 8, p. 293-321, 2010.
- CASTRO, Rafael S. e PÔRTO Jr., Sabino da S. Efeitos da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico no Brasil: uma análise não linear. In: **Perspectiva econômica**, v. 3, n. 1, p. 27-61, jan./jun. 2007.
- CHAMPERNOWNE, D. G.; COWELL, F.A. **Economic inequality and income distribution**. Cambridge: Cambridge University, 1998.
- CHEN, B. L. An inverted-U relationship between inequality and long-run growth. In: **Economic Letters**, v. 78, p. 205-212, 2003.
- COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DENINGER, Klaus; SQUIRE, Lyn. A new data set measuring income inequality. In: **The World Bank Economic Review**, v. 10, n. 3, p. 565-591, 1996.
- DUGGER, William M. **Inequality: radical institutionalist views on race, gender, class, and nation**. Westport: Greenwood, 1996.
- DYNAN, Karen; SKINNER, Jonathan; ZELDES, Stephen. Do the rich save more? In: **Journal of Political Economy**, v. 112, n. 2, p. 397-444, april. 2004.
- FORBES, Kristin. A reassessment of the relationship between inequality and growth. In: **The American Economic Review**, v. 90, n. 4, p. 869-887, sept. 2000.
- FRIEDMAN, Benjamin M. As consequências morais do crescimento econômico. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GALOR, O. The 2008 Lawrence R. Klein lecture-comparative economic development: insights from unified growth theory. In: **International Economic Review**, n. 51(1), p. 1-44, 2010.
- IRADIAN, Garbis. Inequality, poverty, and growth: cross-country evidence. In: **IMF Working Paper**, n. 05/28, fev. 2005.

KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. In: *Economic Journal*, n. 57, 1957.

KALDOR, Nicholas. Alternative theories of distribution. In: **The Review of Economic Studies**, v. 23, n. 2 (1955-6), p. 83-100.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KOCHENDÖRFER-LUCIUS, Gudrun; PLESKOVIC, Boris. *Equity and development*. Washington: World Bank, 2006.

KRUSELL, P.; JUNIOR, Anthony A. Smith. Income and wealth heterogeneity, portfolio choice, and equilibrium asset returns. In: **Macroeconomic Dynamics**, n. 1, p. 387-422, 1997.

KUZNETS, Simon Smith. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. Trad. Benedicto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. XIII e XV.

KUZNETS, Simon Smith. Economic growth and income inequality. In: **The American Economic Review**, v. 45, mar. 1995, p. 1-28.

KUZNETS, Simon Smith. **Shares of upper income groups in income and savings**. New York: National Bureau of Economic Research, 1953.

LEE, Albert J. **Taxation, growth and fiscal institutions: a political and economic analysis**. Washington: Springer, 2011.

LI, H.; ZOU, H. Income inequality is not harmful for growth: theory and evidence. In: **Review of Development Economics**, v. 2, n. 3, p. 318-334, 1998.

LIN, S. C.; HUANG, H. C.; KIMZ, D. H.; CHIH-CHUANYEH, C. C. Nonlinearity between inequality and growth. In: **Studies in Nonlinear Dynamics & Econometrics**, n. 13(2), p. 1-18, 2009.

MALINEN, T. Inequality and growth: another look with a new measure and method. In: **Journal of International Development**, v. 25, n. 1, p. 122-138, 2013.

MCCORMICK, B. J. [et al.]. **Introdução à economia**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MILANOVIC, Branko. **Global inequality**: a new approach for the age of globalization. New York: Harvard University, 2016.

MILANOVIC, Branko. **The haves and the have-nots**: a brief and idiosyncratic history of global inequality. New York: Basic Books, 2012.

PANIZZA, U. Income inequality and economic growth: evidence from american data. In: **Journal of Economic Growth**, n. 7(1), p. 25-41, 2002.

PEROTTI, Roberto. **Growth, income distribution and democracy**: what the data say. Columbia: Columbia University - Discussion Paper Series nº 757, 1996.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Is inequality harmful for growth? In: **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 600-621, 1994.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIKETTY, Thomaz. **O capital no século XXI**. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RYCROFT, Robert S. **The economics of inequality, discrimination, poverty and mobility**. 2. ed. New York: Routledge, 2018.

SALVERDA, Wiemer; NOLAN, Brian; SMEEDING, Timothy M. **The oxford handbook of economic inequality**. Oxford: Oxford University, 2009.

SANTOS, Wesley Oliveira [et al.]. A teoria do U invertido: um teste da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil (1976-2007). In: **Revista de Economia**. Curitiba: UFPR, v. 37, n. 2 (ano 35), p. 7-28, maio/ago. 2011.

SCHMIDT-HEBBEL, Klaus; SERVÉN, Luis. Does income inequality raise aggregate saving? In: **Journal of Development Economics**, v. 16, p. 417-446, 2000.

SPRATT, Stephen. Development finance: debates, dogmas and new directions. London, New York: Routledge, 2009.

TEYSSIER, G. **Inequality, inequality of opportunity, and growth: what are we talking about? Theory and empirical investigation in Brazil.** Paris: Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, v. 1/2, dec. 2013.

VOITCHOVSKY, S. Does the profile of income inequality matter for economic growth? Distinguishing between the effects of inequality in different parts of the income distribution. In: **Journal of Economic Growth**, v. 10, p. 273-296, 2005.